

9

ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E NOVE

No dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, teve lugar no Salão Nobre dos Paços
do Concelho de Águeda, a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com
a seguinte Ordem de Trabalhos:
1- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTA
1.1 – Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2008;
2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA
3.1 - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do
Município, nos termos do disposto nos artigos 53.º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99,
de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
3.2 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO DA
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-
ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA, nos termos da proposta e ao
abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei
n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
3.3 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de ADESÃO À
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS, nos termos da proposta e
ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º,
da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de
Janeiro;
3.4 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de ADESÃO À REDE
EUROPEIA E-RUS, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do n.º 2, do
artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na
redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE LIVING LABS (EnoLL), nos termos da proposta e ao abrigo do





disposto na annea m), do n.º 2, do artigo 53.º e da annea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º
169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
3.6 - Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO DA
BOLSA DE HABITAÇÃO CONCELHIA, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na
alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18
de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
3.7 - Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO
MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO, nos termos da proposta
e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo
64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11
de Janeiro;
3.8 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de DESAFECTAÇÃO DO
DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO
PRIVADO DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA A CEDÊNCIA DESSA MESMA PARCELA
PARA INCORPORAÇÃO NA ÁREA DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES DE CASTILHO,
nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 53.º e da alínea
a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei
n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
A Sessão foi presidida por PAULO MANUEL MATOS SOARES, Presidente da Mesa da
Assembleia Municipal e Secretariada por JOSÉ AMÉRICO ABRANTES DE ANDRADE e
DANIELA CARINA ALVES MENDES
Eram vinte e uma horas quando foi declarada aberta a Sessão, tendo o Senhor
Presidente da Mesa cumprimentado os Membros da Assembleia, o Executivo e o público
presente
Participaram nesta Sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:
PAULO MANUEL MATOS SOARES, JOSÉ AMÉRICO ABRANTES DE ANDRADE,
DANIELA CARINA ALVES MENDES, JOAQUIM JORGE DA SILVA PINTO, CARLOS ALBERTO
BAPTISTA GUERRA, MANUEL ANTUNES DE ALMEIDA, ARMANDO ALVES FERREIRA,
HILÁRIO MANUEL FERREIRA DOS SANTOS, NUNO RICARDO MARTINS FIGUEIREDO
NUNES, ALBERTO JOSÉ FERNANDES MARQUES, JOSÉ CARLOS RAPOSO MARQUES
VIDAL, PAULA CRISTINA PICADO VAZ FRANCO, ANTÓNIO MANUEL FERNANDES
MARTINS, ÓSCAR MANUEL VIDAL MENDES, ABÍLIO FERREIRA GOMES DA SILVA, JOANA



4

CLARA COSME ARRUDA MARTINS, JOSÉ ANTÓNIO PARADA FIGUEIRA, FILIPE JOAQUIM
PINHO DIAS SILVA, CARLOS ALBERTO INÁCIO, CARLA ELIANA DA COSTA TAVARES,
LUÍS FILIPE TONDELA FALCÃO, ANTÓNIO FARIAS DOS SANTOS, RUI PEDRO PINHO
CARVALHO, JOSÉ MANUEL GOMES DE OLIVEIRA, FRANCISCO ROGÉRIO MARTINHO
ESTRELA, JORGE DA SILVA MENDES, VICTOR MANUEL ABRANTES SILVA, MANUEL DE
ALMEIDA CAMPOS, AMÍLCAR DE LEMOS DIAS, ALCIDES DE JESUS, FERNANDO JORGE
FERRÃO, MÁRIO DIAS DA COSTA, DÁRCIO SIMÕES TAVARES, VICTOR RODRIGUES
TAVARES, MANUEL DE OLIVEIRA DUARTE e MÁRIO RAMOS MARTINS
Esteve ausente WILSON JOSÉ DE OLIVEIRA DIAS GAIO, VASCO MIGUEL
RODRIGUES OLIVEIRA, FERNANDO TAVARES PIRES, CARLOS ALBERTO FERREIRA DA
SILVA e CARLOS ALBERTO CARNEIRO PEREIRA
O Executivo encontrava-se representado pelo seu Presidente GIL NADAIS RESENDE
DA FONSECA e pelos Vereadores JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, JOÃO
CARLOS GOMES CLEMENTE, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA e MARIA PAULA DA
GRAÇA CARDOSO
CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA
De seguida, o Secretário da Mesa procedeu à leitura da seguinte correspondência
recebida:
Da Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga:
"Sou pelo presente a informar Vossa Excelência que não irei estar presente na Primeira
Sessão Ordinária da Assembleia marcada para o dia vinte e sete de Fevereiro, pelo que me faço
representar pelo Secretário desta Junta de Freguesia, Mário Dias da Costa."
Do Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo:
"Paulo Nuno de Almeida Alves, Membro da Assembleia Municipal na qualidade de
Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Baixo, na impossibilidade de estar presente na
Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no próximo dia vinte e sete de
Fevereiro de dois mil e nove, vem por este meio delegar a sua participação em Rui Pedro Pinho
Carvalho, Secretário desta Junta de Freguesia."
Da Junta de Freguesia da Belazaima do Chão:Da Junta de Freguesia da Belazaima do Chão:
"Eu, Rui Daniel Dias Pereira, Secretário da Junta de Freguesia de Belazaima do Chão,
venho por este meio dar conhecimento a Vossa Excelência que, por motivo do Presidente da
Junta de Freguesia ter sofrido um acidente e estar neste momento internado, está





impossibilitado de comparecer na Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de
Do Presidente da Junta de Freguesia da Trofa:
"Venho por este meio, comunicar que, devido a compromissos anteriormente
assumidos, não poderei estar presente na Assembleia Municipal do próximo dia vinte e sete
Fevereiro."
Do Presidente da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga:
"Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda. Venho por este meio,
informar Vossa Excelência, que por motivos pessoais, irei encontrar-me ausente e não poderei
estar presente na Sessão Ordinária supra identificada."
Dos Representantes dos funcionários aposentados da Câmara Municipal de
Águeda:
"Olímpia Correia e Silva Rodrigues da Fonseca, contribuinte nº 102920249, residente na
Rua do Ameal, em Águeda, António Máximo Albuquerque Branco de Melo, contribuinte nº
142041157, residente em Travassô e Rosa helena Lobo dos Santos Gomes, contribuinte nº
116566477, residente na Rua Dr. Manuel Alegre, 45, nesta Cidade de Águeda, enviam, para
conhecimento de V. Exa. e efeitos que tiver por convenientes, fotocópia do parecer elaborado
pelo Professor Doutor Pedro António P. Costa Gonçalves, Professor da Faculdade de Direito de
Coimbra e Professor Doutor Miguel Nogueira de Brito, Professor da Faculdade de Direito de
Lisboa, no qual, entre outras considerações, se referem à ilegitimidade da desvinculação da
Câmara Municipal de Águeda da ACASA."
O parecer a que se refere não foi lido porque foi distribuído em fotocópia pelos Membros
da Assembleia Municipal
DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTA
1.1 - Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de
2008;
Não havendo inscritos para intervir acerca deste ponto, o Presidente da Mesa colocou-o
a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por unanimidade, deliberou aprovar o texto da
acta referente à Sessão de 29 de Dezembro de 2009
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra aos
Membros da Assembleia Municipal, que fizeram as seguintes intervenções:



Manuel Antunes de Almeida:
"A primeira dirige-se directamențe à Câmara e tem a ver com a ACASA. Não há
nenhuma perseguição nem nenhuma obsessão por esta questão, mas efectivamente chegou-
me antes o documento que trazia os dois pareceres dos Professores de Direito, quer da
Faculdade de Coimbra, quer da Faculdade de Lisboa, sobre a eventual ilegalidade tomada pela
Câmara Municipal e até pela Assembleia. Claro que os pareceres jurídicos valem o que valem,
não são sentenças e naturalmente que tem um valor, eu tomei atitudes no passado porque não
fui elucidado e eu estava convencido que os beneficiários da ACASA tinham uma cumulação
social, o que não é verdade, pelo menos foi à conclusão que eu cheguei porque quem é Membro
da ACASA apenas tem a cobertura da ACASA e não tem da ADSE, com excepção dos
reformados que tem as duas situações
Por conseguinte, quando tomei algumas atitudes nesta Câmara e era das pessoas que
achava que não havia que haver privilégio especial para um funcionário camarário relativamente
aos outros funcionários, não tinha essa noção, estava convencido que os funcionários
camarários tinham a ADSE e quem quisesse voluntariamente tinha a ADSE e à ACASA, e não é
isso que corresponde à realidade. Na verdade, quem é funcionário no activo, se é membro da
ACASA voluntariamente, apenas é coberto pela ACASA com garantias melhores do que se for
da ADSE. Por isso, eu pergunto ao Senhor Presidente se já entregou aos Serviços Jurídicos ou
a quem se debruçasse sobre esses pareceres e se já maturou esta questão para eventualmente
tomar ou não uma atitude diferente daquela que o Executivo vem assumindo
A segunda questão tem a ver com o ilustre Membro desta Assembleia, José Vidal e a
minha intervenção tem a ver com o velho ditado popular que diz "Quem não se sente não é de
boa gente", eu corrijo o ditado e digo quem não se sente não é boa gente porque está morto, já
morreu, não tem sensibilidade. Agora, como Membro de uma Associação política, não posso
aceitar que um Membro desta Assembleia e ainda por cima Presidente do Partido a nível local,
utilize o conteúdo e a linguagem de dois textos, onde no primeiro caso efectivamente há
expressões que são claramente crime, mas parece que ninguém quis accioná-lo, e no segundo
caso onde parece que parecem uma tábua rasa sobre toda a gente como se não fossem iguais.
Eu penso que não há nada de mais grave na sociedade que é julgar igualmente, o que é
desigual. O que é desigual deve ter um julgamento desigual do que aquele que é igual. E por
conseguinte, o Membro desta Assembleia ao utilizar a linguagem que utilizou no jornal tem a
leitura que tem, mas passando realmente uma tábua rasa sobre tudo e dizendo que todos os





Membros daquela Associação Cívico Partidária, a que eu pertenço, fizeram o que fizeram, tenho que dizer ao Senhor José Vidal, porque o considero e acho que não estou morto e acho que politicamente é nos lugares certos que se dizem as coisas, que acho que prestou um péssimo serviço à democracia e a uma luta aberta e franca política. É seu dever até defender o Presidente da Câmara, o actual Executivo, o Partido Socialista, mas o que não pode é utilizar uma linguagem de tal forma que achincalhe, enxovalhe e passe um rol de incompetência e desonestidade, conforme se pode ler no artigo, sobre todos os Membros. Por isso, aqui fica o meu mais profundo desagrado e a minha indisposição para travar lutas políticas com esta forma de actuar, que eu acho absolutamente insuportável. ----------- Por último, e como eu verifico que noutros areópagos parecidos com este os Senhores Membros da Assembleia não tem que se deslocar ao parlatório para as suas intervenções, eu faço aqui a sugestão ao Senhor Presidente no sentido de podermos fazer as nossas intervenções nos nossos lugares." ---------- António Manuel Fernandes Martins: ----------- "Venho cá por um assunto que é recorrente relativamente a esta Assembleia e que já anteriormente aqui por vários colegas foi referido. ---------- Queria chamar a atenção de que eu recebi o material de análise para esta Assembleia na quarta-feira à tarde na minha caixa do correio e por razões pessoais já fui directo para a cama dado a hora e na quinta-feira, por razões também pessoais, não pude seguer olhar para este material. Eu não sou irresponsável e portanto não voto de cor como o galo e procuro não o fazer, porque acho que não é uma atitude correcto para quem está numa Assembleia Municipal a discutir problemas de interesse municipal. ---------- Eu diria também que sei que há pessoas aqui nesta Assembleia que votam de cor, por simpatia, que votam muitas das vezes por passar os olhos por cima dos papéis e com muita pouca responsabilidade sobre aquilo que aqui se vota e posso prová-lo numa próxima Assembleía. Eu diria também que exceptuando os Senhores Membros desta Assembleia que são independentes os outros fazem parte de movimentos partidários e cívicos e tem responsabilidade de transmitir aqui opiniões que responsabilizam também as parcelas eleitorais que representam ou pelo menos, devem tentar faze-lo. Portanto, não é possível com alguma responsabilidade vir aqui falar sobre colsas que não se conhece. Se o Senhor Presidente da Câmara tem possibilidade de reunir a comunicação social, se tem elementos e tem tempo, para o fazer, o Executivo deve tê-lo também para fazer chegar, com tempo, as questões aos

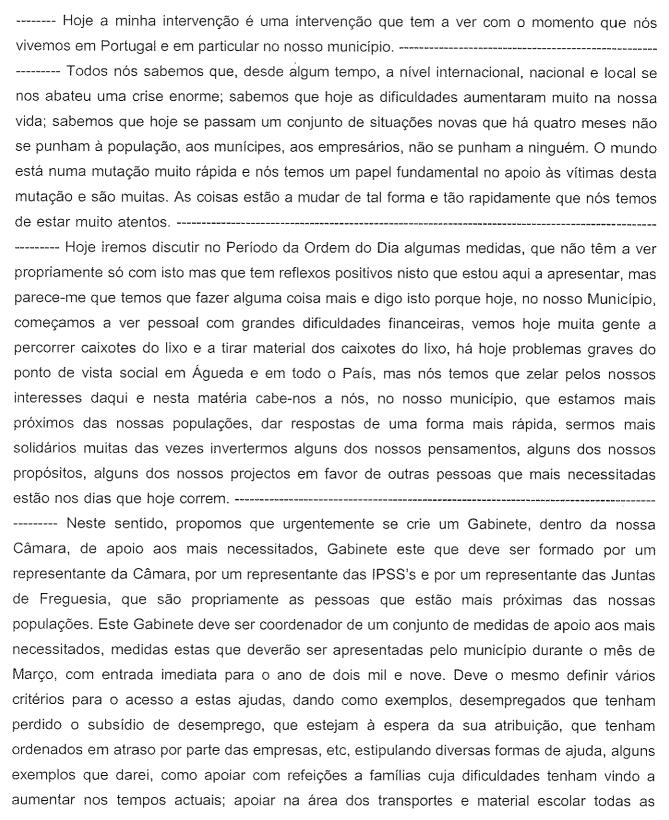




Membros desta Assembleia. Embora o parecer do Senhor Presidente da Assembleia seja de
que o Senhor Presidente não tem a obrigação de com o devido tempo fazer chegar, deve fazer
chegar com o tempo de quarenta e oito horas, eu acho que isto não é uma questão de
legalidade, é uma questão de bom senso
Eu devo dizer-lhe, Senhor Presidente, que eu hoje vou protestar e a minha forma de
protesto é que vou votar contra tudo aqui que vier à votação. Espero que o Senhor Presidente e
o Executivo aprenda com esta minha forma de protesto e da próxima vez faça chegar
atempadamente, pelo menos à minha pessoa, aquilo que eu venho discutir, porque eu não gosto
de fazer aqui figura de palhaço e de ignorante. Se não o fizerem, eu da próxima vez, tomarei
outras medidas com as implicações que elas juridicamente tiverem, requerendo a esta
Assembleia uma forma de protesto diferente."
Presidente da Assembleia Municipal:
"O Senhor Presidente da Câmara é testemunha de que eu tenho sempre feito um esforço
no sentido da documentação ser entregue a tempo aos Senhores Membros da Assembleia. Eu
não defendo que seja com quarenta e oito horas de antecedência embora isso esteja na Lei,
mas eu defendo que seja com mais antecedência. O que eu digo é que havendo essa regra,
naturalmente que ao menos essa tem que ser cumprida e toda a gente é testemunha que faço
sempre pressão para que seja entregue a tempo, pelo que subscrevo por completo as palavras
que disse o Professor António Martins tirando alguma linguagem menos própria."
Hilário Manuel Ferreira dos Santos:
"As minhas primeiras palavras vão directamente para a bancada do Partido Socialista e
para o Senhor Presidente da Câmara. Quero-vos desejar um bom congresso que está a
decorrer este fim-de-semana porque o País bem precisa essencialmente que este congresso
corra bem porque precisamos, de uma vez por todas, de ganhar o rumo porque até aqui, não sei
se é a falta de congresso, mas as coisas não vão bem. Por isso, Senhor Presidente,
agradecemos o facto de estar presente, mas se estiver ausente para ajudar a que o congresso
corra bem e que nos ajude a escolher uma nova linha de orientação para o País, terá o nosso
apoio integral
A segunda questão tem a ver com a intervenção do Senhor Professor Martins, pois eu
penso que toda a gente faz os mesmos votos, não irei votar contra, de forma nenhuma, todos
temos as mesmas dificuldades, mas todos esperamos que esta situação melhore e temos essa
esperança



4)





7

crianças e jovens em que os pais se encontram nesta situação; coordenar peditórios junto dos Aguedenses, particulares e empresas, para recolha de roupas e outros produtos para apojo dos mais necessitados; promover junto das IPSS's e das Juntas de Freguesia a implementação destas medidas; promover acções tipo banco de alimentos nos espaços comerciais, locais e a níveis particulares; criar um sistema de incentivos a quem ajude o município em este tipo de dádivas tenha reduções na taxa da água, no saneamento e na recolha do lixo, para que se fomente o espírito de solidariedade; criar uma contribuição extra de um euro, por exemplo, para que cada pessoa que assista a cada espectáculo organizado pela Câmara para dois mil e nove possa contribuir com uma verba para os mais necessitados e propõe-se ainda, dotar em termos imediatos, este programa com uma verba de duzentos mil euros através de uma alteração orçamental, reformulando alguns dos investimentos já previstos. ---------- Estamos num momento em que precisamos de ser solidários, em que temos que agir muito depressa e dar sinais à nossa população de que estamos atentos dentro das nossas possibilidades. A Câmara e as Juntas não têm muitas possibilidades mas, se calhar, hoje temos que prescindir de algumas estradas e de algumas situações em favor dos mais necessitados e temos que ser criteriosos nesta análise e propomos que se crie um método de apoio neste tipo de situação com alguma urgência. Esta proposta não é para ser votada porque nós entendemos que estas matérias dependem do diálogo e da ideia conjunta de todos nós, o que importa é que tomemos consciência da nossa realidade e que, em termos imediatos, o nosso Executivo consiga dar um passo mais enérgico nesta matéria." ----------- José António Parada Figueira: ------------ "Hoje confesso que não gostaria de fazer a minha intervenção para fazer política mas para falar de coisas que a todos nós nos preocupa no dia-a-dia, que são as dificuldades que os nossos concidadãos sentem. Faço minhas e sublinho de uma forma muito evidente as palavra do Engenheiro Hilário Santos, mas porque o tempo se esgota é importante também que a comunicação social e todos nós em Águeda comecemos a perceber que o Plano e Orçamento para dois mil e nove era efectivamente algo muito demagógico, tudo aquilo que não foi feito propunha-se fazer em nove meses, hoje é importante dizer que Águeda é um Concelho com uma notória e evidente falta de qualidade de vida. É comum ouvir os nossos concidadãos comentar o desagradável estado das estradas do nosso Concelho, tão evidente mesmo à porta deste edifício municipal, para não dizer o que vai por essas Freguesias fora. Temos tido ao longo deste mandato, um anúncio constante, tal como o Governo, de medidas e de projectos, de





substância não temos nada. Reconheça-se o empenho nos projectos e na qualificação dos
serviços prestados pela Autarquia, no entanto, qualquer um de nós teria feito isso. Temos que
fazer muito mais, o município e este Executivo tem essa responsabilidade. Senhor Presidente,
custa-lhe ouvir isto mas é uma evidência, não é preciso mais exemplos de que este
O Senhor Presidente no início do seu mandato suspendeu a conclusão da Biblioteca
Municipal, disse-o que o fazia por seis meses, estamos a chegar ao fim do seu mandato, é a
única obra que vai conseguir inaugurar porque não fez mais nenhuma obra, por muito que o
Presidente da Comissão Politico do Partido Socialista venha dizer no seu artigo que tem aqui um
conjunto de projectos, de parques empresariais e outras coisas como tais
Gostaria de ver exactamente o que vai acontecer no próximo mandato em termos de
orçamentação, tenho imensa curiosidade em saber em que condições vai deixar a Autarquia no
próximo mandato em termos de endividamento, visto que o Senhor acusou o Partido Social
Democrata de deixar a situação financeira da Câmara da forma que deixou. Sei que o Senhor
não gosta de ouvir as verdades, mas eu sei ouvir, ao contrário daquilo que costuma fazer que
lhe custa ouvir mas que temos todos que ouvir
Eu queria só dizer ao Senhor Líder Local do Partido Socialista que o conteúdo do seu
artigo no semanário Região de Águeda, não terá da parte do Partido Social Democrata e
enquanto Líder da estrutura Local do Partido Social Democrata, não terá nunca o mesmo nível
que o Senhor utilizou, nem sequer durante a próxima campanha eleitoral porque essa é a nossa
forma de fazer política, é por aí que nós nos revemos, não vamos mudar uma vírgula na nossa
postura nesta matéria porque Águeda e os nossos cidadãos estão à frente disso tudo. Mas
também compreendo o porquê destes termos, porque começa-se a ter medo que efectivamente
Águeda vá mudar, porque temos a consciência que seremos capazes e teremos as melhores
pessoas para o fazer porque os nossos concidadãos o merecem. O mais importante para nós do
que as políticas, é resolver os problemas das pessoas, a política deve ser usada apenas como
veiculo para o fazer
Esperávamos, todos nós concidadãos de Águeda, muito mais deste mandato e resume-
se àquilo que eu disse."
Alberto José Fernandes Marques:
isto é uma posição pessoal enquanto Membro desta Assembleia, não vincula nem representa a
posição do Partido Social Democrata nesta matéria



4)

----- A minha opinião pessoal é que eu sempre fui contra a existência destes sistemas complementares de segurança social. O Doutor Antunes de Almeida fez aqui uma interpretação e eu não encontro no parecer a mesma interpretação que fez, mas fico com a ideia de que se trata de um sistema complementar; também fala aqui neste parecer que cumpre ao estado organizar um sistema de segurança social, fala aqui em universal, integral, unificado, descentralizado e todos nós sabemos que existem algumas diferenças nós sabemos que existem algumas diferenças no sistema de segurança social e também todos sabemos que o sistema de segurança social para os funcionários públicos, nomeadamente as Autarquias, não será dos piores. Eu tenho sistemas complementares de segurança social e pago-os e há empresas que também os dão aos seus funcionários e pagam-nos. O que eu continuo a achar que não é justo é que exista, por opção de uma Autarquia cujo dinheiro é de todos os munícipes. uma opção de pagar um valor extra que não é obrigatório, não digo que seja ilegal, mas nos tempos em que estamos não me parece que faça algum sentido que a Autarquia pague valores a mais para manter este tipo de situação. Naturalmente com a ressalva de que eu também não sou jurista e penso que deverão ser salvaguardados os direitos adquiridos dos funcionários, nos termos estritos que a Lei assim o entender, mais do que isso não e penso que se devia acabar. de uma vez por todas, com estes sistemas complementares. ------------ Se o problema da ACASA é que pressupõe também uma participação financeira da Autarquia, segundo diz aqui no regulamento interno da ACASA, a ACASA que mude de regulamento e que diga que quem paga são os próprios beneficiários e não é a Câmara a pagar. ----- Esta é a minha interpretação e penso que o assunto já se anda a arrastar há tempo de mais e com uma zona nebulosa muito grande que ninguém percebe muito bem o que isto é, e vou enviar um pedido ao Senhor Presidente da Câmara no sentido de me serem facultados uma série de elementos muito concretos sobre esta situação porque eu também fico confuso com isto. Era esta a minha posição que eu queria aqui deixar expressa, da minha posição de princípio destes sistemas complementares em organismos públicos, pagos por todos nós." ----------- Manuel Antunes de Almeida ---------- "Eu não fiz nenhuma interpretação dos pareceres e por isso pedi ao Senhor Presidente para esclarecer. É que não há complementaridade àqueles que são voluntariamente membros da ACASA, porque a entidade pagadora da comparticipação da entidade patronal é a Câmara, quer na ADSE quer na ACASA. E quando a Câmara paga a sua comparticipação na ACASA não paga à ADSE para os que são membros. Por conseguinte, para os activos é um e não é outro;





para os que estao na reforma são complementares, más eu posso estar enganado e por isso é
que pedi ao Senhor Presidente que esclarecesse isso porque eu não tenho nenhuma obsessão
sobre esta matéria
Houve aqui um ilustre Membro desta Assembleia que no passado tomou uma atitude e
que agora tomou diferente, porque concerteza viu circunstâncias novas. Se é verdade a versão
que me foi canalizada de que é assim, se é verdadeiro aquilo que eu penso, julgo que a Câmara
poderia repensar essa situação porque o que o parecer diz é que para o passado é ilegal, para o
futuro há-de haver um momento em que a gente diz que a partir de agora é desta forma, o que
quer dizer que os que estão reformados e estão ao abrigo da Lei anterior deviam-se manter e
são naturalmente os mais desprotegidos."
José Carlos Raposo Marques Vidal:
"Em primeiro lugar venho aqui concordar com o Engenheiro Hilário Santos no que diz
respeito à tomada de medidas que este Executivo está a pensar apresentar e com grande parte
delas concordo e também concordo com a situação de que não é uma questão partidária, é uma
questão de necessidade
Em relação à política, o Senhor Presidente da Concelhia do Partido Social Democrata,
apresentou um candidato escolhido no seu grau superior. Os candidatos são escolhidos por
sondagens e não porque as pessoas são competentes para o efeito de realização de uma
determinada estratégia ou não. É o que vinha no jornal e que disse que tinha sido feita uma
sondagem e que estava muito bem colocado e portanto será candidato ganhador e o que
interessa é ganhar, não interessa o futuro do Concelho
Em relação aos meus artigos, são artigos simples, de linguagem normal, não tem nada a
ver com política, são simplesmente o meu pensamento directo e a forma como eu sempre
apresentei os casos, forma crua, dura e que são passíveis de contraditório. Falou-se aqui em
processos criminais, não vi, e sei que não vi porque não cometi nenhum crime na escrita, aquilo
que eu escreví é verdade
Agora, há aqui uma coisa que o Doutor Antunes de Almeida disse e com razão, mas tem
que ler o artigo melhor porque eu escrevi assim: "seguindo com Alberto Marques na viagem
mental de Macinhata, Barrô, Óis da Ribeira, Fermentelos e Agadão, verificamos que em trinta
anos muito foi feito com o esforço e dedicação de muitos, com os dinheiros públicos de todos
nós, com a vontade e iniciativa de privados, com a participação voluntariosa de imensos
Aguedenses anónimos". Cada um coloca-se aqui onde quer, ou nestes, ou por exemplo



7)

naqueles que deixaram isto arrasado em dívidas, que deixaram roubar o esforço de todos; que deixaram estradas mal construídas; que deixaram vielas sem serem pagas; que pagaram obras sem lá estarem, cada um enquadra-se onde quer. É lógico que os políticos que passaram por esta Autarquia não são todos iguais, são questões simplesmente de carácter. Eu hoje dei uma entrevista à Rádio Soberania e perguntaram-me mais ou menos a mesma coisa. Eu ouvi aqui, durante quatro anos, os Senhores Membros do Partido Social Democrata, dizer que o passado era o passado, que realmente no passado houve problemas; que os processos já lá andam; que a reorganização anda muito bem; que as contas agora até começaram a ser aprovadas por unanimidade e já nem há votos contra porque o passado era o passado; Vêm de um momento para o outro trazer o passado como se ele estivesse limpo. O passado é o passado mas não é limpo e as pessoas que lá andaram são responsáveis, umas mais outras menos, mas todas elas certamente não o fizeram de propósito, foram algumas vezes incompetentes ou seguiram o seu carácter e o problema é que nem todas as pessoas têm o mesmo carácter. O que eu esperava deste Partido Social Democrata e de pessoas que eu respeito que estão aqui, começando pelo Senhor Presidente da Concelhia, é que fossem pessoas que não tivessem o mesmo carácter de antigamente. ------

estradas, umas úteis, outras não e o que eu disse é que as estradas estão esburacadas e que precisam de recuperação, que algumas estradas estão em Tribunal em que há estradas em alcatrão com alcatrão a menos que foram pagas, há passeios que foram pagos e que não estavam lá, há estradas que foram feitas para sítios que só servem quatro ou cinco pessoas mas que uns anos depois precisam de milhares de euros de recuperação para servir essas



7

quatro ou cinco pessoas e os milhares de euros são de todos nós. Certamente que não deviam
ter sido feitas
As opções do Partido Social Democrata foi fazer estradas e não fez uma única obra para
o Concelho. Fez uma série de rotundas, que para mim até acho que estão bem feitas, mas que
só nos fazem andar em círculos
Para terminar, em termos de princípios, carácter, discussão, tudo aquilo que eu escrevo
e que eu digo é rebatível e posso não ter razão, mas Águeda, hoje, é do Plutão da frente na
honestidade, na transparência, na gestão dos dinheiros públicos, na modernização, na
planificação de parques empresariais, na recuperação da Pateira, no cumprimento das suas
obrigações, na dinamização cultural. Águeda, hoje, está no plutão da frente porque é governada
por gente séria, quem foi sério antes não deixou de o ser, quem não se considera sério não o
foi. Águeda hoje é governada por gente séria e se tiverem alguns destes problemas devem ser
denunciados e eles terão que ter a humildade e o dever de corrigir os problemas que há. Agora,
se querem voltar ao passado,façam favor. Eu ajo por mim e pelos meus princípios e podem ter a
certeza que tenho carácter, porque isso é uma questão de vaidade."
Joaquim Jorge da Silva Pinto:
"Há dias veio uma notícia no jornal e eu tive necessidade de cá vir hoje porque disseram
que eu estava velho, o que é verdade, mas puseram aquilo de tal maneira como que se eu
estivesse arrumadinho de todo para a política. Verdadeiramente devo dizer que não estou muito
interessado na política. Já o Doutor Antunes de Almeida, há muito tempo, andava a dizer para o
Manuel Alegre sair da política porque já lá andava há anos demais e para dar lugar aos mais
novos, agora não sei se lhe interessa que o Manuel Alegre continue lá, porque sempre atrapalha
o Partido Socialista
Eu trouxe aqui uns apontamentos que são dos jornais e parece que são verdadeiros,
refiro-me, por exemplo, ao Vale do Vouga, parece que veio cá uma Secretária de Estado e disse
em alto e bom som, que o Vale do Vouga vai continuar, vão ser suprimidas umas passagens de
níveis, ou que dá a ideia de que aquela história que nós pensámos há muito tempo de que
poderia haver aqui o metro de superfície pode ir para a frente, que foi o Senhor Presidente da
Câmara, Gil Nadais, que conseguiu.
Queria elogiar uma Firma da nossa terra que tem recebido vários galardões pela sua
qualidade, refiro-me à Revigrés e como está aqui a Doutora Paula Cardoso, que é a
administradora da referida empresa, em nome de Águeda penso que lhe podemos apresentar os







4

mais vantajosa não fazendo as comparticipações para a ACASA do que se as tivessem de fazer
relativamente às regalias que tinham. Ou seja, no geral eles ficavam com mais dinheiro dentro
do seu bolso, talvez perdessem facilidades
Estamos a ver os outros casos todos, mas também quero dizer que esta Câmara não
está disponível para situações que houve no passado, de pessoas que têm reformas muito
superiores, acho que haverá aquí muito poucos ou nenhuns que tenham reformas superiores a
beneficiar dessas contribuições da Autarquia. Este Executivo não está disponível para isso
A ACASA tinha um outro mecanismo, há uma outra situação e a pertencerem à ACASA
eram cerca de metade dos funcionários, nós estávamos a dar oito por cento a mais a
determinados funcionários e a outros estávamos a dar menos oito por cento e eles diziam que
também queriam os oito por cento porque ficariam com uma vida muito superior e não
precisavam de ir para a ACASA. Era uma situação de desigualdade que se estava a verificar e
eu defendo um sistema igualitário para toda a gente. Neste momento, a Câmara não trará aqui
nenhuma proposta para inverter essa situação, é ponto acabado
Quanto ao que referiu o Senhor António Martins, algumas coisas que eu tenho lutado e
queria ver se não chegava ao final do mandato sem ter resolvido. Eu acho que as coisas devem
chegar o mais rapidamente possível é mão das pessoas. Há alguns hábitos instalados que é de
resolvermos as coisas no último dia porque o último dia também é dia, eu acho que deve ser
antes e espero conseguir isso até ao final do mandato
Concordo com algumas coisas que disse o Engenheiro Hilário Santos e a Câmara vai ter
dependência directa da Presidência nós iremos ter uma acção estruturada com as IPSS's que
estão no Concelho e que estão no terreno porque eu não entendo que a Câmara vá fazer
sobreposição de acções e também existe uma outra situação que há muitos aproveitamentos
que se fazem nestas alturas e por isso nós temos de ter uma acção muito mais coordenada e
muito mais apertada. A Câmara vai fazer e vai apresentar acções integradas nesta área, mas
não queremos ficar só na acção do coitadinho. Queremos utilizar o provérbio chinês de começar
a dar canas às pessoas para elas poderem também encontrar o caminho, porque queremos que
as pessoas tenham possibilidades de fazer alguma coisa, não fiquem só à procura do emprego
que está difícil, mas em casa parados à espera que lá vão levar aquela marmita ou aquilo que
precisam para a sua sobrevivência
Aquilo que foi dito pelo Senhor Parada Figueira a respeito das obras, de ser um
orçamento megalómano, ele tem lá tudo aquilo que nós precisamos e que nós entendíamos que





é possível fazer e pôr em execução. Não vai estar tudo concluído, obviamente, mas noventa por cento, pelo menos das maiores, estarão, começadas. Agora, a situação que nós tínhamos do passado relativamente à capacidade de endividamento e o problema que se pôs a este Executivo era que ou nós ganhávamos capacidade para alavancar as obras que o Concelho precisa ou então hipotecávamos e deixávamos passar o Quadro Comunitário ao lado. Estas obras que nós estamos a anunciar e que fomos aos Fundos vão ter que ter a necessária compartida financeira por parte da Câmara. Vamos nos endividar de forma estruturada para alavancar esses projectos, não vai ser para consumo. Vocês vão-me dizer que não é preciso uma zona industrial em Águeda? Se nós tivéssemos uma zona industrial em Águeda, talvez nós pudéssemos tentar captar outras empresas para cá, uma cidade atraente também pode ser, ter um açude, que é aquilo que se fala há muitos anos, fala-se e estamos em fase final de adjudicação, mas é preciso também, por exemplo, darmos condições para termos um pavilhão. Há quantos anos é falado em Águeda? Fomos arranjar os meios para isso. ---------- Agora, há uma coisa em que todo o Concelho tem razão, que é o facto de estarmos mal de estradas, mas há uma estratégia para isto. Nós precisamos de meter o saneamento e se nós formos meter tapetes nas estradas e depois formos cortar para meter saneamento vocês vejam o que é que está por aí no Concelho. Vejam por exemplo o que se passa na Junta de Freguesia de Travassô, vejam em Águeda que foi posto um tapete, foi tudo escavacado e está em condições de pôr um novo. É verdade que vamos passar um bocado mau mas isto chama-se estratégia. Nós ou metemos o saneamento e depois pomos as coisas como deve ser ou então estamos sempre na mesma e o dinheiro é curto. ----------- Eu espero que no próximo mês tenhamos uma decisão definitiva em termos da Associação de Municípios sobre como vamos resolver a situação do saneamento. Esta decisão está atrasada um ano e tal, mas é muito mais fácil se formos em conjunto do que irmos individualmente, mas nós temos a solução para irmos também individualmente porque é preciso, de uma vez por todas, resolver o problema do saneamento. ---------- Vocês falam de projectos, por exemplo, há quantos anos se fala na Redonda? Nós temos o estudo prévio feito e está o projecto a andar. Esta Câmara, no final do mandato, ficará governável para alavancar os projectos que têm para fazer. ------------ Quanto ao que falou o Doutor Silva Pinto sobre o Vale do Vouga, nós lançamos aqui um desafío à Senhora Secretária de Estado. Quanto ao Vale do Vouga vamos, de uma vez por todas, saber se vale a pena ao se não vale a pena. Acho que é preciso definir e se não valer a





pena então tiremos de lá e criemos um corredor autónomo e façamos outras soluções. A mesma coisa se passa relativamente ao Centro Coordenador de Transportes, eu já vos disse que não era lá, voltei atrás, falei com a Senhora Secretária de Estado que deu dois meses à REFER para nos dar uma resposta, acho que podemos esperar dois meses para saber se vai ou se não vai. Eu tive oportunidade de lhe dizer que estava cansado porque não valia a pena, visto que falava com um e com outro e não trazia resposta nenhuma. ----------- Portanto, pensamos que estamos na altura de ter boas decisões , quanto à regeneração urbana, nós, deliberadamente, não fomos à primeira candidatura, fomos à segunda e fomos dos Municípios que foram apoiados, são quase nove milhões de euros de investimento em parcerias. Obviamente que, em termos de obras, não temos muitas. Temos aquilo que o Senhor José Vidal disse aqui, que tem talvez mais credibilidade fora do Concelho do que cá, que é de sermos um exemplo de uma Câmara como deve funcionar em termos administrativos e de funcionamento, e será o funcionamento das Autarquias no futuro. É o trabalho de uma equipa que está na Câmara e é rara a semana em que não temos outras Câmaras a virem cá, como na próxima semana em que vamos ter cá duas Câmaras. ----------- Também posso dizer que o Senhor Secretário de Estado da Justiça virá cá ver o cartão de cidadão em funcionamento, porque somos a primeira Câmara do País a ter o cartão de cidadão em funcionamento, mas também vos posso dizer que se tudo correr conforme está previsto, o DIAP e o Tribunal de Instrução Criminal estará a funcionar a partir do dia quinze de Abril. ----------- Portanto, às vezes não é preciso muitas obras, é preciso trazer os serviços para Águeda e é isso que irá acontecer. ----------- Aproveito para vos deixar aqui um convite para de hoje a oito dias, da parte da tarde, participarem numa conferência com o Professor Carlos que nos vem cá dizer quais são as vias que as industrias têm e os Concelhos também para enfrentar o futuro, assim como também um conterrâneo nosso, o Brás da Costa, que foi o Vice-Presidente ou vogal do IAPMEI até há muito pouco tempo, estarão entre nós e poderão também ver os projectos que resultaram da rede de inovação e competitividade feito pelas industrias. ----------- Nós temos uma estratégia, temos alguns problemas, que sabemos que o são, mas temos que dar tempo para que outras situações sejam resolvidas para os colmatar também. O principal problema e aquilo que é uma grande lacuna neste momento são as estradas, mas vamos ter de passar algum tempo para resolver o problema do saneamento e depois ter um



4



7

quando, a mão na nossa consciência.
Senhor Presidente, não vejo nas informações nada sobre o LIDL e como já duas vezes
fizemos aqui aprovações para este projecto seria interessante que nos desse alguma
informação sobre este processo
Convida-nos para estar presente numa Sessão com o Senhor Secretário de Estado da
Justiça, não sei se é aquele de quem aqui nesta Assembleia se disse que era um homem sem
palavra, que tudo que dizia não valia a pena? Se não é estou mais descansado porque havia
aqui esta ideia global que andava aqui um aldrabão, foi o que eu percebi nessa Assembleia,
mas afinal estou mais descansado
As informações que nós temos aqui revelam bem aquilo que é o nível de desempenho do
nosso actual Executivo. Ninguém diz que o Executivo só faz coisas más, faz coisas boas
concerteza, há detalhes positivos no Executivo, como em todos houve e haverá
Temos aqui páginas com muito pouco, algumas conferências de imprensa; algumas
inaugurações de obras já terminadas há bastante tempo, uma ou outra que são importantes,
mas não há nada de relevante nestas informações
Eu quero recordar que os projectos são importantes, mas não transformemos, aos olhos
do povo, projectos em obra feita
O Senhor Presidente fala em capacidade de endividamento. O Polis da Ria a que nós
nos candidatamos neste projecto global, quase todos os municípios tinham um valor global de
investimento na ordem dos dez, onze milhões de euros e eram nove ou dez Municípios que
estão envolvidos e estavam todos antes com o mesmo problema que nós. É claro que
ganhamos capacidade de endividamento, pois se não fizemos nada, se não investimos tivemos
que ganhar. Também o Partido Social Democrata, no seu tempo, esgotou as verbas em seu
momento e por isso deixamos de ter capacidade de endividamento. Na última Assembleia pedi
ao Senhor Presidente que me mandasse documentação sobre essa matéria e o Senhor
Presidente mandou-me a documentação que eu julgo que tinha disponível mas que, é
insuficiente, do meu ponto de vista. O que o Senhor Presidente me mandou é a documentação
de uma candidatura conjunta onde estão um conjunto de obras mas onde eu não consigo
distinguir, em lado nenhum, essa contabilização entre a Câmara de Águeda e a entidade
Regional sobre esta matéria. Há lá efectivamente uma carta do Presidente Ribau Esteves a
agradosos a tados os Municípios nos tasams estabasedos trá com estabasedos trá
agradecer a todos os Municípios por terem colaborado; há um conjunto de algumas obras importantes; há uma minuta de um protocolo a ser feito, mas não passa disso. Eu não estou a



7)

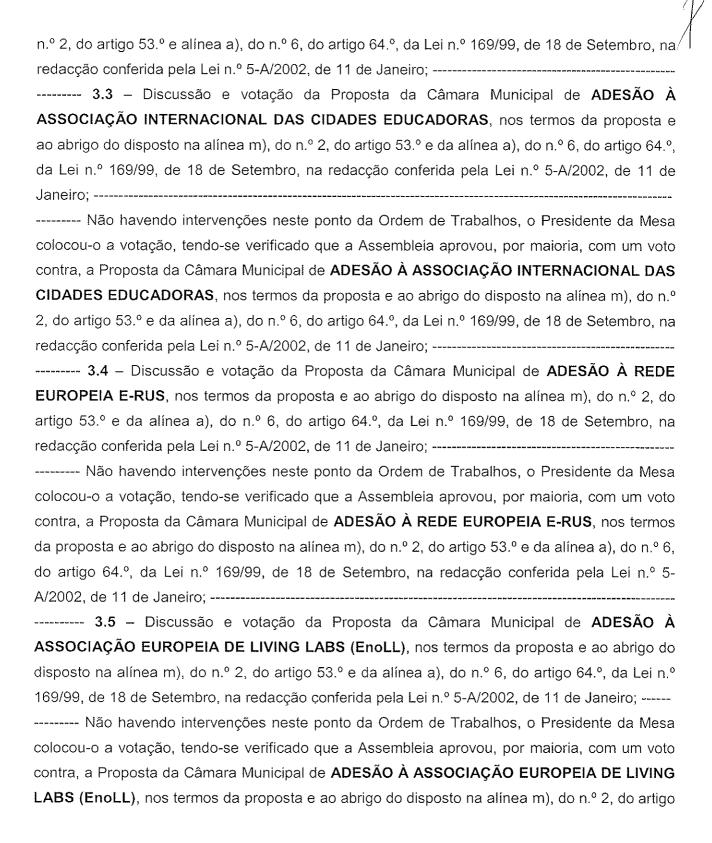
dizer que isso não existe estou a dizer que era ir	mportante que nos fizesse chegar informação
mais detalhada, porque andamos há muito tempo	a falar sobre muitos projectos e era importante
nós também termos acesso às minutas dos mesm	os projectos."
José Carlos Raposo Marques Vidal:	
"Em relação ao Engenheiro Hilário Santos	, eu só quero dizer que não sou justiceiro, eu
quando afirmo as coisas é porque julgo ser verd	dade. O putativo candidato do Partido Social
Democrático foi absolvido como réu num proce	sso; foi condenado no exercício já em dois
processos; tem várias queixas no Tribunal sobre c	Centro de Canoagem que não pagou porque
construiu uma estrutura camarária em terrenos que	e são privados. É só isto que eu sei."
Carla Eliana da Costa Tavares:	
"Quanto às informações do Senhor Preside	ente e tudo aquilo que tem vindo a ser feito, há
muito tempo que eu tinha vontade de o fazer, e ho	je vou faze-lo. Acho que depois de tudo o que
já aqui foi dito eu tenho que dar um grande ob	rigado a este Executivo e não o faço como
Membro desta Assembleia Municipal, não o faço	enquanto Membro do Partido Socialista, mas
faço-o enquanto munícipe, porque este Executivo	devolveu-me o orgulho de ser de Águeda e
isso é muito importante. Eu hoje tenho um gosto r	nuito especial, quando estou com pessoas de
fora, de dizer que sou de Águeda e ainda tenho n	nais gosto quando ouço dizer que em Águeda
têm-se feito coisas fantásticas nos últimos quatr	o anos. Recordo aqui, a título mais recente,
estes dezassete projectos que foram aprovados	no âmbito do QREN. Águeda foi o segundo
Concelho do Distrito mais contemplado com	verbas maiores. Recordo o projecto de
requalificação para a zona ribeirinha, toda um	a série de projectos que têm vindo a ser
desencadeados e isto é projectar Águeda, é isto	que nós queremos para o futuro e é isto que
nós temos que agradecer a este Executivo, pelo fa	icto de, pela primeira vez, haver um projecto e
um rumo para Águeda e acho que isso é algo a qu	ue todos nós deveremos estar gratos. E como
disse há pouco o Doutor Silva Pinto, tendo em cor	nta aquilo que tem sido dito e tem sido trazido
a público ultimamente, realmente não há razão par	ra que o Partido Social Democrata tanto dê na
cabeça do Partido Socialista."	
Terminadas as intervenções dos Membro	os da Assembleia o Presidente da Câmara
Municipal, deu as seguintes informações:	
"Quanto ao LIDL, aquilo que sabemos se	obre esta situação é que a direcção para a
gestão portuguesa já decidiu e decidiu pela sua	localização em Águeda, falta a decisão da
Alemanha e face à forma como estão os mercado	os, eles estão a aguardar o encerramento das



7

contas, que será proximamente e tomarão uma decisão. Está tudo em aberto, mas estamos um
passinho mais à frente
Posso-vos dizer também que dia dezoito do Março temos uma reunião na Comissão da
Reserva Ecológica para, em princípio, desbloquear também esse assunto."
Quanto à contratualização e ao Polis da Ria, aquilo que foi contratualizado é um parque
a que chamamos H2O Água em Fermentelos; é a melhoria do Parque de Espinhel; é uma pista
de canoagem na Pateira; é a melhoria das margens; são pistas cicláveis e pedonais para se
fazerem passeios, além da drenagem, que leva a maior fatia de dinheiro
Quanto à contratualização, mandei todos os documentos que havia. Aquilo que há é um
documento genérico porque as candidaturas cada município teve que escolher as tipologias a
que se candidata e chegamos a um entendimento entre diferentes Municípios e agora cada
Município vai apresentar a sua candidatura, no âmbito da Associação, para utilizar aquelas
verbas que estão consignadas e reservadas ao Município
Há um acordo com a CCDR em que são transferidas para a CIRA - Comunidade
Intermunicipal um bolo de noventa e tal milhões de euros e dentro desse bolo cada Município vai
utilizá-los de acordo com aquela listagem que estava na carta anexa
O PTD – Plano Territorial de Desenvolvimento, é o documento que serviu de base e que
foi aquilo que foi aprovado pela CCDR para ser feita essa transferência de dinheiro e tem por
base aqueles projectos que foram para lá e é isso que está negociado e foram passados todos
os elementos que eu tenho a respeito disso, com excepção, obviamente, dos documentos de
trabalho."
3.2 - Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO DA
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-
ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA, nos termos da proposta e ao
abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei
n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
Não havendo intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa
colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por maioria, com um voto
contra, a Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À
FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA
DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do







53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ----------- 3.6 – Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO DA BOLSA DE HABITAÇÃO CONCELHIA, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ---------- Não havendo intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por maioria, com um voto contra, a Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO DA BOLSA DE HABITAÇÃO CONCELHIA, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ---------- 3.7 - Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ----------- Neste ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra aos Membros da Assembleia, tendo sido feitas as seguintes intervenções: ----------- Hilário Manuel Ferreira dos Santos: ----------- "Na proposta do Regulamento diz no artigo sexto – Limites de Rendimento, que pode candidatar-se ao presente subsídio, a pessoa ou o agregado familiar cujo rendimento mensal, per capita, seja igual ou inferior ao do ordenado mínimo mensal; diz no artigo segundo que o agregado familiar é um conjunto de indivíduos que vivam em regime de comunhão de mesa e habitação. A questão que eu coloco é saber se um casal com dois filhos que podem ter em conjunto um rendimento de mil e oitocentos euros se podem candidatar a este subsídio de renda; ou se um casal com três filhos com dois mil duzentos e cinquenta euros de ordenado mensal se podem candidatar a este subsídio de arrendamento. ----------- Eu penso que o objectivo nos limites deste rendimento é o objectivo onde vamos definir um plafond máximo ao qual as pessoas se podem candidatar. Se uma pessoa tiver um casal com um rendimento de dois mil e duzentos e tal euros por mês se se pode candidatar a um subsídio de renda de casa, chego à conclusão que provavelmente estamos ricos. ------



----- Perante o esclarecimento dado pelo Senhor Presidente em como podem, eu anuncio que voto contra porque estou perfeitamente contra esta situação." ---------- Manuel Antunes de Almeida: ----------- "Eu não sei se foi isso mesmo que se quis dizer porque na verdade é chocante. O rendimento mínimo nacional neste momento é de quatrocentos e cinquenta euros mensais, o rendimento per capita é por cabeça e por conseguinte uma família que tenha três filhos em que o casal ganha o montante que o Membro Hilário Santos disse, então, sabendo que os salários em Portugal são muito baixos, quase toda a gente tem direito a subsídio de arrendamento. ---------- Eu penso que há aqui um erro qualquer, mas penso que essa trimologia de rendimento per capita para vencimentos desse montante, só quem não tiver filhos é que naturalmente não tem esse tipo de subsídio. Eu não sei se é isso que efectivamente o legislador quis e tenho dúvidas sobre isso e tenho alguma perplexidade porque a grande maioria dos casais Portugueses não ganham o vencimento de míl e oitocentos euros." ---------- Carla Eliana da Costa Tavares: ------------ "Eu venho falar em defesa do Executivo, penso que caberá ao Senhor Presidente da Câmara ou Senhor Vereador esclarecer esta situação. ---------- Como nós sabemos, não nos devemos restringir a um só artigo, normalmente este tipo de avaliação é feito no âmbito de uma avaliação generalizada, não é só conforme aquilo que está escrito no artigo sexto. Aliás, o que diz aqui é que para se candidatar a este subsídio tem que se comprovar uma situação de carência económica, nos termos dos artigos sexto e décimo primeiro, e isso é uma situação que eu penso que terá que ser avaliada. Todos se poderão candidatar mas resta saber depois se avaliada toda a situação se será uma situação de atribuir ou não o subsídio. Foi esta a interpretação que eu fiz do Regulamento e parece-me que é isto que se pretende dizer, mas claro que o Executivo poderá explicar isto muito melhor." ------------ Hilário Manuel Ferreira dos Santos; ------- Hilário Manuel Ferreira dos Santos; ----- "Eu como tinha dúvidas perguntei ao Executivo e o Executivo esclareceu-me que pessoas com este nível de rendimentos podem candidatar-se ao subsídio, sendo atribuído ou não. Eu sou absolutamente contra num Regulamento deste tipo, permitir que pessoas com este nível de rendimentos se possam candidatar a este subsídio. Se há casais com este nível de rendimento que se podem candidatar a este tipo de subsídio eu sou obrigado a votar contra porque, por princípio, não consigo entender este tipo de situação, de que um casal com dois filhos, que ganha mil e oitocentos euros por mês, se possa candidatar a qualquer tipo de



subsídio de apoio no arrendamento, ainda que venha a ser rejeitado."
Vereador Jorge Henrique Fernandes de Almeida:
"Os agregados têm que ter uma situação comprovada de carência económica, conforme
os artigos sexto e décimo primeiro do Regulamento e, naturalmente, não podem ultrapassar o
valor do rendimento mínimo nacional per capita. Inclusivamente temos as fórmulas de
desempate em que toda a gente vê em que restringe drasticamente a atribuição destes
subsídios."
Manuel Antunes de Almeida:
"O problema que se põe é que um casal que tem dois filhos e que receba o vencimento
que aqui foi referido, tem muito acima da média dos cidadãos Portugueses, em termos de
rendimento familiar, e o facto de existir esse artigo que vai fazer a destrinça para distinguir
pessoas na divisão per capita é um erro. O casal para ter carência económica ou não tem só ao
seu encargo os dois filhos, mas também o pai e a mãe doentes porque só assim é que essa
família com esse vencimento e dois filhos tem carência económica porque tem que alimentar
outra gente, porque se efectivamente é apenas marido e mulher e dois filhos e se têm este
vencimento, estão muito acima da média
Por conseguinte, eu corrigiria essa parte porque a Câmara pode vir a ser confrontada
com uma situação que não é correcta."
Terminadas as intervenções dos Membros da Assembleia o Presidente da Câmara
Municipal, deu as seguintes informações:
"Obviamente que o Engenheiro Hilário Santos foi buscar aqueles exemplos de situações
limites para pôr em causa o Regulamento e fez bem porque estas coisas têm que ser vistas com
as situações limites
Como foi também aqui dito, há que conjugar e fazer uma análise dos artigos. Eu acho
que é um descaramento de todo o tamanho quem tenha mil e oitocentos euros de rendimento
venha pedir um subsídio de arrendamento à Câmara, mas pode faze-lo, mas não se vai atribuir.
Este Regulamento, mais uma vez, é para apoiar aqueles que efectivamente precisam. Qual vai
ser o limite que vamos pôr no agregado familiar para se poder candidatar? Eu também não
concordo com esta situação, mas depois nós podemos fechar e podemos ter aqui pessoas com
rendimentos baixos que estão com situações de carência e podem não ser abrangidos pelo
Regulamento. Isto é uma atribuição automática, é uma atribuição mediante um Regulamento
Há aqui uma situação que pode não ficar em Regulamento, mas que eu me comprometo



em levar a cabo, é que não seja uma atribuição feita pelo Presidente ou pelo Vereador mas que seja levado a Executivo onde somos mais do que um a julgar estas situações e portanto há um consenso alargado e poderemos ter isto perfeitamente ultrapassado." ------------ Hilário Manuel Ferreira dos Santos: ----- "Eu comecei por dizer, no início de Assembleia, que hoje íamos aprovar situações importantes no apoio social e de forma nenhuma quero dificultar. Mas quando eu vim fazer a pergunta que tem muito a ver com a maneira como nós estamos, imediatamente chegou a resposta da forma habitual da Câmara em como é assim e acabou, e eu tenho alguma dúvida em aceitar esse tipo de situações. O Regulamento está mal feito, do meu ponto de vista o artigo sexto está mal elaborado, há formas de dar a volta, nós estamos a fazer apoios e é definido as tipologias segundo as quais nós podemos apoiar no arrendamento, T0 e T1 duzentos e vinte euros, o máximo de renda do apartamento; T2 e T3 trezentos e cinquenta euros; T4 e T5 quatrocentos e cinquenta euros. Eu só tentei alertar que, do meu ponto de vista, este artigo sexto não está bem. Não me custa nada votar favoravelmente e vocês trazem na próxima reunião uma alteração a este Regulamento e entretanto põem já em marcha isso porque há questões importantes. Agora, temos que saber admitir quando as coisas estão bem ou estão menos bem." ---------- António Manuel Fernandes Martins: ---------- "O que eu digo ao Engenheiro Hilário Santos é que se eu ganhar cinco mil euros por mês não posso ter necessidades e carências económicas. Mas há pessoas que ganham cinco mil e, se calhar, só em saúde e coisas do género gastam três ou quatro mil. ------------------------------------ Eu, já disse ao Senhor Presidente que vou votar contra porque hoje assiste-me o direito de estar em protesto, mas não voto irresponsavelmente, voto contra porque eu sei que o meu voto contra não tem qualquer influência naquilo que está aqui a ser votado, porque, se tivesse, responsavelmente votaria como entendia, como devia ser votado. Eu não estudei tudo do Regulamento como queria mas passei os olhos e também sei que este Regulamento tem critérios e rácios de selectividade que não vão deixar que aconteça situações destas e às vezes até acho que era bom que acontecesse uma ou outra situação destas porque é óbvio que quando forem atribuídos os subsídios a lista vai ter que ser publicada e até era bom que nós víssemos alguém que, de facto, não precisa de rendimentos, aparecer a pedir subsídios, porque nós sabemos que acontecem situações destas. É óbvio que o Regulamento criou critérios e não vejo grande problema porque ele vai ter que ser decidido por alguém, mas o Engenheiro Hilário



9

deve entender que qualquer cidadão, por muito bem compensado financeira e economicamente
que esteja na vida, deve poder concorrer por uma questão de justiça, nós pagamos todos os
impostos e é bom que nós nos candidatemos àquilo que entendamos que temos direito, também
para que a sociedade caía em cima de nós e nos moralize muitas das vezes naquilo que nós
pedimos e que, aparentemente, se calhar, deveríamos era de estar quietos
Portanto, não acho que este Regulamento seja perigoso, aprovem-no tranquilamente
porque eu estou convencido que depois o rácio que eu já vi, de flexibilidade, vai impedir que
alguém leve dinheiro sem o merecer."
José Carlos Raposo Marques Vidal:
"Eu vim ao encontro com a intervenção do Professor António Martins porque o que está
aqui é o que se utiliza nas normativas legais sobre atribuições de subsídios e dou como exemplo
os abonos de família. É indecente que com o meu ordenado eu ainda receba abono de família,
devia ser proibido porque eu não preciso de abono de família, tal como vai acontecer aqui nos
tais seis escalões que existem são os mesmos que existem na ADSE, são os mesmos que
existem em todas as normas do Estado. Nesta questão é lógico que aqui é compensado por
tudo o resto, se verificarem todo o resto há-de haver um valor que tem que se pôr, que pode ser
pequeno ou não, o que interessa é que na aplicação haja os limites e os limites estão definidos,
ou a verba que a Câmara terá ou situação de carência excepcional e os limites de arrendamento
que já estão definidos noutras áreas e todos combinados dão que só os mais necessitados é
que vão ter acesso ao subsídio."
Não havendo mais inscritos para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o
Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por
maioria, com três abstenções e um voto contra, a proposta da Câmara Municipal de
REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO, nos
termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º e da alínea a),
do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º
5-A/2002, de 11 de Janeiro;
3.8 - Discussão e votação da Proposta da Câmara Municipal de DESAFECTAÇÃO DO
DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO
PRIVADO DO MUNICÍPIO, TENDO EM VISTA A CEDÊNCIA DESSA MESMA PARCELA
PARA INCORPORAÇÃO NA ÁREA DA ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES DE CASTILHO,
nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 53.º e da alínea



a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lej
n.° 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
Neste ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra aos Membros da Assembleia,
tendo sido feitas as seguintes intervenções:
Joaquim Jorge da Silva Pinto:
"Eu vim aqui falar fundamentalmente para fazer um apelo ao Professor António Martins.
Como sabe a Escola Marques Castilho foi fundada em doze de Setembro de mil novecentos e
vinte e nove pelo Padre José Marques, depois é que apanhou o nome Castilho, que fundou a
Escola Comercial e Industrial de Águeda. Depois essa Escola passou a chamar-se Pedro Nunes
mas depois passou a chamar-se Madeira Pinto que era um homem que era contemporâneo do
Doutor Oliveira Salazar, era da União Nacional, fazia muitos discursos, fazia parte da educação
e tinha o nome numa Escola nos Açores. Acontece que o Pedro Nunes tinha o nome em várias
Escolas em Portugal, mas havia uma pessoa que não tinha nome numa Escola nos Açores, que
se chamava António de Oliveira Salazar. Então, como tinham que arranjar um nome de uma
Escola para o Doutor Oliveira Salazar nos Açores, tiraram o nome de Pedro Nunes da Escola de
Águeda e colocaram o nome de Madeira Pinto, que não tem nada a ver com Águeda e o nome
de Salazar foi para a Escola dos Açores. Depois a Escola voltou a ser Escola Comercial e
Industrial, até tinha uma placa na porta principal que dizia "Obra da Ditadura Nacional", mas o
que interessa é que a Escola exista e a Escola prestigiou-se, voltou a ser a Escola Secundária e
Industrial e agora é a Escola Marques de Castilho
O projecto de ampliação desta Escola foi já discutido há bastante tempo e o que se pede
aqui é que para que essa ampliação seja possível a Câmara ceda um terreno para aquilo ficar
com melhores condições
Eu sei que o Professor António Martins disse que se votar contra é porque tem a certeza
que o assunto passa, mas se todos nós aqui votássemos contra a Escola Marques Castilho não
era ampliada e era muito pior para os Professores, para os alunos e para a educação em
Águeda. Portanto, venho fazer-lhe o apelo para que vote a favor."
António Manuel Fernandes Martins:
"Doutor Silva Pinto fico bastante sensibilizado com o seu apelo, devo dizer-lhe que neste
caso particular eu vou mudar o meu sentido de voto porque a Escola Comercial e Industrial de
Águeda faz parte de um período da minha vida e de meus familiares. Eu fui Presidente da
Associação de Pais da Escola Marques Castilho não há muito tempo atrás. Portanto, por todas



essa razões e mais algumas, abdicaria voluntariamente e facilmente da penalização moral que eu quero infringir ao Senhor Presidente da Câmara pelo mau comportamento dos serviços, que deixam para amanhã aquilo que deviam fazer hoje, e relativamente a isto eu voto necessariamente a favor. Mas, tinha intenção de intervir porque eu ouvi recentemente alguns comentários acerca das obras de remodelação da Escola Marques Castilho e também algumas preocupações sobre a volumetria que esta ampliação da Escola vai envolver e que cairia sobre o espaço exterior também à Escola e eu penso que devemos ter alguma preocupação relativamente a este tipo de situações porque não me parece justo e correcto elaborar um projecto que possa vir descaracterizar, no fundo, um bocado daquilo que é a área urbana subjacente à Escola, com a qual eu, de certa forma, me identifico. Vinha aqui questionar essa situação porque eu não conheço o projecto de remodelação mas vinha trazer aqui essa preocupação porque esta própria cedência da parte traseira às oficinas, se o projecto tivesse uma volumetria que caísse em cima da parte frontal da escola, poderia ajudar a transferir e a modificar um bocado essa situação, tenho alguma preocupação se assim for. ------------ Como eu não conheço o projecto, permitia-me pedir ao Senhor Presidente da Câmara que tenha alguma preocupação nessa matéria porque eu não gostaria que se transferisse em realidade aquilo que eu já li sobre aquilo que vai ser a remodelação da Escola." ---------- Terminadas as intervenções dos Membros da Assembleia o Presidente da Câmara Municipal, deu as seguintes informações: ---------- "Eu posso explicar o que está aqui em causa e o que é o projecto da Escola feia ou bonita é uma questão de estética mas de certeza que irá ficar mais funcional. Vou dividir a minha intervenção em duas partes, uma objectiva, que é o terreno. Este terreno é necessário para poder ser colocado um polidesportivo coberto na parte traseira, ou seja, vai ser desaterrado todo o canto nascente sul da Escola para ser colocado um polidesportivo coberto com uma cobertura de cerca de seis metros de altura e depois haverá áreas de circulação. A Escola vai ser radicalmente diferente não vai envolver com o espaço público, a Escola vai manter-se dentro do seu espaço, vai surgir um edifício na frente da Escola, a todo o comprimento, que vai começar no sítio onde está a escadaria e que se prolonga para sul, um edifício que vai conter os serviços administrativos, espaço para o Conselho Directivo, centro de novas oportunidades, biblioteca e penso que alguns laboratórios, a zona de aulas vai manter-se no edifício onde está, vão surgir mais salas por cima do actual bar. ----------- Estamos a falar de uma obra de cerca de sete milhões de euros; as oficinas também vão



ser todas remodeladas. O ginásio pequeno fica como está e o ginásio feminino vai ser transformado numa sala polivalente, no auditório polivalente. O refeitório virá para o sítio onde estão os balneários e estes serão virados para a parte de trás, para o campo de jogos. Isto vai permitir que a comunidade também possa usufruir mais da escola fora das horas lectivas. O pavilhão terá uma entrada independente e poderá ser utilizado de forma independente, a cantina e a parte social também poderá ser utilizado de forma diferente, ou seja, a parte das salas será preservada para dar aulas, durante o fim-de-semana e fora das aulas lectivas os outros espaços podem ser utilizados pela comunidade, ------------ Eu coloquei à disposição da escola e da equipa projectista o Largo Doutor António Breda para colocar lá salas climatizadas para darem as aulas quando as obras começarem. Vai ser estudada, e está também na requalificação, uma abordagem diferente para o espaço da Avenida Doutor Eugénio Ribeiro e Largo Doutor António Breda. A equipa que projectou a escola vai fazer o projecto da parte envolvente, embora sei da responsabilidade da Câmara. Queremos que a escola participe da cidade e a cidade participe da escola. Eles irão estudar isso e depois iremos ver que ideias nos trazem para vermos como é que irá ficar aquela praça porque, se virem, aquela parte central está toda partida. Eu quero que eles tragam as ideias e vamos discutir o que é que irá ser feito e pôr a escola ainda mais ao serviço da população e a Avenida Eugénio Ribeiro pode ser mais das pessoas e menos das viaturas, não quero com isto dizer para tirar de lá os carros todos, quero dizer para pôr as pessoas a participarem mais naquela rua, que é uma rua central na cidade, que pode ter outra ambiência, pode ser feita de outra maneira bem como a Praça Doutor António Breda. Nós não temos qualquer ideia ainda do que vai ser. Estamos a aguardar que os projectistas enquadrem isso e nos tragam algumas ideias para começarmos a discutir o que vai ser da escola e se está o projecto definido, mas um projecto para ali que faça com que a cidade participe da escola e a escola participe da cidade. É isto que irá ser feito e não me pergunte mais porque, sinceramente, não está nada definido a respeito disso. o que está aqui em causa hoje é possibilitar melhores condições aos alunos e às pessoas de Águeda sobretudo na prática desportiva. ------------ O projecto da escola posso dizer que é um projecto magnífico, uma escola sustentável do melhor que se faz neste país e no mundo e é isso que irá ser a Escola Marques Castilho no futuro próximo," ----------- Não havendo mais intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia aprovou, por unanimidade, a





Res vertor su